

Ex-deputadas rejeitavam lei

Houve tempo em que algumas mulheres, até aquelas com experiência de urnas, como as ex-deputadas Maria de Lourdes Abadia (PSDB) e Eurides Brito (PMDB) e a deputada Maria Laura (PT), discordavam de uma lei para garantir a participação feminina na disputa eleitoral. "Eu achava que não era uma conquista, mas uma generosidade", confessa Maria Abadia.

Mas os números fizeram a ex-deputada, que já disputou o governo do Distrito Federal, mudar de opinião, quando lhe foi mostrado que, pela quantidade de mulheres eleitas a cada legislatura, somente no ano 2050 os parlamentos contariam com 20% de representantes do sexo feminino.

Por isso, a pré-candidata tucana, que pretende voltar à Câmara dos Deputados, acha que a lei pode começar sendo aplicada só em 5%. Mas, dentro de dez anos, ou seja, muito antes de 2050, a cota estará integralmente preenchida.

É assim que começa a aumentar a participação das mulheres nessa esfera de poder, segundo acredita a deputada Maria Laura, a única representante feminina na bancada do DF na Câmara dos Deputados. Ela considera que a lei é um instrumento importante para aumentar as possibilidades na disputa de cargos eletivos, hoje tão reduzidas. Um contra-senso, na avaliação da parlamentar, porque elas são maioria em muitas situações (além da demográfica) como, por exemplo, na base dos movimentos populares.

A dificuldade atual para o cumprimento da lei, ou seja, para que os partidos consigam arregimentar o número de mulheres equivalente aos 25%, de acordo com a deputada, mostra o quanto estavam certas as parlamentares que lutaram para incluir o dispositivo na legislação eleitoral, a partir de uma proposta da deputada Marta Suplicy (PT-SP).

Ao comentar as dificuldades do PT para preencher todas as vagas previstas pela lei, Maria Laura argumenta, primeiro, que as mulheres são mais cobradas pela sociedade e mais exigentes com elas mesmas, fato reforçado pela cultura patriarcal brasileira e, por isso, não aceitam disputar sem pesar as chances de vitória. Mas, no caso das petistas, a deputada divide a responsabilidade com o Governo Democrático Popular, criticando-o por não dar mais visibilidade às mulheres em sua administração. Ou seja, não dar a elas cargos que lhes permitiriam maior projeção.